



Congresso deve votar LDO em reunião amanhã

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 será analisada por deputados e senadores em sessão que ainda terá mais de 30 projetos. Vetos trancam a pauta de quarta-feira

Projetos que abrem créditos adicionais — especiais ou suplementares — para diversos ministérios e outros órgãos públicos no Orçamento deste ano serão apreciados na sessão. Entre eles, o

que busca atender os servidores da Polícia Federal, que ainda não foram contemplados com aumento salarial e reestruturação de carreiras concedidos aos demais servidores do Executivo em 2012. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Viana e Benjamin em colóquio sobre objetivos de desenvolvimento sustentável

Ministro propõe legislação sobre objetivos da ONU

Ações como erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades fazem parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Na-

ções Unidas. Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, defendeu que Brasil seja primeiro país a incluir os objetivos na legislação. **4**

Moreira Matiz/Agência Senado



Congresso reunido na quarta-feira aprovou meta fiscal de 2014. Amanhã, diretrizes orçamentárias para 2015 entram na pauta

Parlamentares repudiam atos pela volta da ditadura

Em evento na Câmara, senadores e deputados fizeram críticas aos grupos que se manifestam pela volta da ditadura militar. Para a senadora Ana Rita, presidente da Comissão de Direitos

Humanos (CDH) do Senado, “é importante trazer à tona a memória e a verdade”. Para Assis do Couto, presidente da CDH da Câmara, pessoas que defendem a ditadura ignoram a história. **3**

Avança texto sobre crédito imobiliário **2**

TV comunitária é debatida em audiência hoje **3**

Projeto de Código de Processo Civil chega ao Plenário **3**

ACONTECEU NO SENADO

Comissão aprova relatório preliminar do Orçamento 2015

Está aberto prazo para apresentação de emendas ao texto inicial da

Lei Orçamentária Anual, aprovado na Comissão Mista de Orçamento. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Jucá discute lei orçamentária com Cyro Miranda (2º à esq.) e deputados

Comunicação do Senado

É fácil se informar



Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Texto que facilita crédito imobiliário vai a Plenário

Medida provisória aprovada em comissão mista também renova vantagens fiscais e incentiva a formalização do trabalho doméstico, além de eliminar a cobrança de IPVA sobre máquinas agrícolas

SEGUE PARA OS Plenários da Câmara e do Senado a Medida Provisória (MP) 656/2014, que estabelece normas de isenção tributária e regulamenta medidas para estimular o crédito imobiliário. A MP foi aprovada na quarta-feira na comissão mista que analisa o assunto e tem vigência até 17 de março de 2015.

Para o relator da MP, Romero Jucá (PMDB-RR), a medida é importante porque beneficia a economia, facilita a vida do cidadão e renova vantagens fiscais para diversos segmentos. Entre as alterações feitas no texto original, ele ressaltou a emenda que elimina o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para tratores e outros equipamentos agrícolas.

A comissão também aprovou emenda apresentada pelo deputado Esperidião Amin (PP-SC) para incentivar a formalização do emprego doméstico. A nova regra vai permitir que o patrão desconte do Imposto de Renda o valor



Para o relator, Jucá (C), texto beneficia a economia e facilita a vida dos cidadãos

pago ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referente a dois empregados, mesmo que eles recebam mais do que um salário mínimo.

Por outro lado, o capítulo sobre normas sanitárias foi rejeitado pela maioria dos integrantes da comissão mista. O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) é um dos autores da emenda que suprime do texto dispositivos como o que centraliza no Ministério da Agricultura a fiscalização da produção agropecuária. Para ele, essas normas favoreceriam a criação de um monopólio

no setor frigorífico.

Jucá classificou de “política” a discussão em torno das normas sanitárias retiradas da medida provisória. Na opinião do senador, a proposta é boa porque cria um sistema nacional, com regras a serem repassadas a estados e municípios para que operem a fiscalização. O relator descartou a intenção do governo federal de centralizar a fiscalização da produção animal. Ele disse que a ideia é criar padrões nacionais e que o tema pode ou não ser destacado no Plenário da Câmara.

Pós-graduação do ILB realiza formatura hoje

Hoje acontece, às 18h30, no Auditório Petrônio Portella, a formatura dos cursos de pós-graduação lato sensu em administração legislativa e direito legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). São 38 formandos em administração legislativa e 38 em direito legislativo, que tiveram como coordenadores de curso Rita de Cássia dos Santos e Luiz Fernando Bandeira (diretor-geral do Senado), respectivamente. O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) conduzirá a cerimônia, que terá participação do Coral do Senado.

Figueiró faz balanço de sua atuação no Senado

Próximo a deixar o Senado, Ruben Figueiró (PSDB-MS) fez um balanço dos projetos apresentados por ele desde 2013, quando assumiu o mandato na Casa. Foram 51 proposições legislativas, entre projetos, propostas de emenda à Constituição e audiências. — Entendo que o montante numérico não é o mais determinante para se avaliar como positiva ou medíocre uma atuação parlamentar, mas, sim, a qualidade do que está sendo posto em debate — afirmou.



Para Gurgacz, país precisa reforçar infraestrutura

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu maior investimento em logística e infraestrutura, fundamentais para o agronegócio. O senador lembrou que o país investe 0,5% do PIB em rodovias, aeroportos, ferrovias e portos, quando deveria aplicar, para ele, ao menos 1%. — A agropecuária é o setor que mais contribui para o resultado positivo da economia nacional e para o equilíbrio da balança comercial. E garante o sucesso dos programas de combate à fome.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Formatura no ILB

18h30 Renan Calheiros participa de formatura de alunos de pós-graduação do ILB. Às 19h30, comparece à posse da diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

CDH TVs comunitárias

10h Audiência discute o papel das TVs comunitárias no fortalecimento da comunicação como direito humano fundamental. Participa o presidente da Rede TVT, Valter Sanches, entre outros. Às 14h, audiência sobre o decreto que institui a Política Nacional de Participação Social. Entre os convidados, Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

ILB Formatura

18h30 Formatura dos cursos de pós-graduação lato sensu em administração legislativa e direito legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), no Auditório Petrônio Portella.

CI Emendas ao Orçamento

9h30 A comissão vota emendas ao Projeto de Lei do Congresso (PLN) 13/2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

CMA Material escolar

9h30 A CMA analisa, entre outros, o PLC 85/2009, sobre serviços de proteção ao crédito; o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto; e o PLC 97/2009, que define prazo para a divulgação de lista de material escolar.

CAE Alexandre Tombini

10h A CAE aprecia emendas da comissão ao PLN 13/2014 e projeto que dá mais autonomia às cooperativas. Às 11h, recebe o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para falar sobre as perspectivas da política monetária.

CAS Medicamentos “órfãos”

11h A comissão promove audiência pública para discutir o acesso a medicamentos “órfãos” (para tratamento de doenças raras). Entre os convidados, o ministro da Saúde, Arthur Chioro. Às 14h30, votação de emendas ao PLN 13/2014, a serem apresentadas à Comissão de Orçamento.

TERÇA

CE Exames médicos em escolas

11h A CE analisa obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos no ensino fundamental público e texto sobre comemoração de feriados, entre outros.

CDR Emendas ao Orçamento

11h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para votar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN 13/2014) para 2015.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Terra indígena

14h A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais apresenta relatórios sobre terras indígenas e defesa do usuário de serviços públicos.

MEDIDA PROVISÓRIA Lei das ONGs

14h Reabertura da reunião da comissão destinada a examinar a MP 658/2014, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor do Marco Legal das ONGs.

CRE Lançamento de livro

18h30 Lançamento do livro *Entrevistas*, de autoria do senador Pedro Simon.

CRA Emendas

14h30 Apreciação e votação das emendas a serem apresentadas ao PLN 13/2014. Depois, votação de 11 itens.

CMMC Balanço do ano

14h30 A Comissão Mista de Mudanças Climáticas vota relatório de atividades.

CONGRESSO LDO

19h Sessão conjunta do Congresso para apreciação do PLN 3/2014, sobre diretrizes orçamentárias para 2015, e do Projeto de Resolução 6/2013, entre outros.

QUARTA

CAS Assistência funerária

9h Pauta com dez itens, entre eles, o PLC 50/2014, sobre planos de assistência funerária, e o PLS 334/2013, sobre o exercício da profissão de gerontólogo.

CDR Destinos turísticos

9h A CDR discute a avaliação da estruturação dos destinos turísticos brasileiros e o PLS 511/2011, que inclui os albergues entre os prestadores de serviços turísticos.

CPI DA PETROBRAS Relatório final

10h15 A CPI mista vota minuta do relatório final. Às 15h, a comissão exclusiva do Senado, que investiga denúncias de desvios de recursos da Petrobras, apresenta proposta do relatório final.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso se reúne amanhã para examinar mais de 30 projetos, entre eles as diretrizes para o Orçamento da União em 2015. Na quarta-feira, três vetos terão prioridade nas votações

Lei de Diretrizes Orçamentárias entra na pauta

O RELATÓRIO FINAL da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), é o primeiro item da pauta de votações do Congresso Nacional, que volta a se reunir amanhã, às 19h. O PLN 3/2014 foi aprovado na semana passada, após amplo acordo entre todas as lideranças partidárias que compõem a comissão.

Também pode ser votado o PRN 6/2013, que estende às comissões mistas do Congresso a prerrogativa de apresentar emendas aos projetos do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da LDO. Atualmente essa competência é limitada às comissões permanentes do Senado e da Câmara e aos parlamentares.

Também estão na pauta 31 projetos de lei do Congresso que abrem créditos adicionais (especiais ou suplementares) para diversos ministérios e outros órgãos públicos no Orçamento deste ano. Entre eles, o que concede aumento



Antes de passarem à revisão do Orçamento 2015, deputados e senadores devem aprovar Lei de Diretrizes Orçamentárias

salarial para a Polícia Federal (PLN 5/2014). O relatório sobre a proposta defende que a iniciativa busca atender a única categoria de servidores que ainda não tinha sido contemplada com aumentos salariais e reestruturação de carreiras concedidos aos demais servidores do Executivo em 2012.

Já o PLN 19/2014 abre crédito especial de R\$ 145,6 milhões para investimentos em 20 aeroportos controlados pela

Infraero. Os recursos serão usados por meio do Fundo Nacional da Aviação Civil em obras que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O dinheiro servirá para compra de equipamentos e modernização e adequação da infraestrutura aeroportuária, como ampliação da capacidade operacional de aeroportos, terminais de passageiros, pátios, pistas e terminais de logística de carga, entre outros.

A partir de quarta-feira, a pauta do Congresso estará trancada pelo Veto 30/2014. A presidente Dilma Rousseff vetou vários dispositivos do Projeto de Lei de Conversão 15/2014, decorrente da Medida Provisória (MP) 651/2014. A medida desonera folhas de pagamento, amplia créditos fiscais e estimula a entrada de pequenas empresas na bolsa de valores. A maioria dos itens vetados trata de desoneração.

O governo argumenta que não há cálculos de impacto orçamentário-financeiro, o que caracteriza desacordo em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000).

A presidente também vetou o item que ampliava para 2018 o prazo para as cidades acabarem com os lixões. Segundo o governo, a prorrogação, da forma prevista, contraria o interesse público, por adiar a consolidação de aspecto importante da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Outro item a ser apreciado pelo Congresso é o Veto 31/2014, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009, que trata da redução de jornada dos psicólogos. O Executivo argumenta que a redução proposta, para 30 horas semanais, impactaria o orçamento de entes públicos, principalmente os municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse veto tranca a pauta do Congresso a partir do dia 20 de dezembro.

Parlamentares criticam atos pró-ditadura

O encerramento do Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade, ocorrido quinta-feira na Câmara dos Deputados, transformou-se num ato de repúdio a grupos que pedem a volta do regime militar. Senadores e deputados das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado criticaram os que defendem a volta do período que, segundo a Comissão Nacional da Verdade, foi responsável por ao menos 434 mortes.

— É muito importante trazer à tona a memória e a verdade — disse Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH do Senado.

O deputado Assis do Couto (PT-PR), presidente da CDH da Câmara, concordou:

— Vemos pessoas se manifestando pela volta da ditadura por ignorância do processo histórico, dos valores da democracia e do pluralismo.

O líder do PT na Câmara, Vicentinho (SP), manifestou solidariedade à deputada

Maria do Rosário (PT-RS). Na terça, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que só não esturparia a colega porque ela “não merece”. Segundo Vicentinho, a atitude demonstra como os direitos humanos são diariamente violados.

Na quarta-feira, a CDH do Senado decidiu encaminhar representação contra Bolsonaro.

No evento, foram lançados os livros *Um Homem Torturado: nos passos de frei Tito de Alencar*, de Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles, e *O Brado*

Retumbante, do jornalista Paulo Markun. O primeiro narra a trajetória de frei Tito, que morreu em 1974, em consequência de torturas. O segundo trata do período que vai do golpe militar à retomada da democracia.

— Na democracia, você não é preso se pedir a volta da ditadura, mas, na ditadura, você é preso se pedir democracia — disse Markun.

O evento foi pedido pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e contou com o apoio da CDH do Senado.



A senadora Ana Rita fala na Câmara dos Deputados em evento pela democracia

Senado faz debate sobre política de participação social do governo

O Decreto 8.243/2014, que institui a Política Nacional de Participação Social, será debatido hoje, às 10h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A audiência pública contará com a presença de Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça, e de representantes da Presidência da República, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Nacional de Saúde, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília e do Instituto de Estu-

dos Socioeconômicos (Inesc). O debate atende pedido da presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), e de Paulo Paim (PT-RS).

Editado em maio, o decreto tem entre os objetivos consolidar a participação social como método de governo e vem sendo alvo de divergências no Congresso. Enquanto alguns acusam a presidente Dilma de ditar rumos “bolivarianos” para o país, outros defendem que apenas instituiu um espaço de diálogo entre governo e movimentos sociais.

A Câmara aprovou um projeto que susta o Decreto 8.243/2014. O PDS 147/2014 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Comissão de Direitos Humanos discute papel de TVs comunitárias

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove audiência pública hoje, às 14h, para discutir o papel das TVs comunitárias no fortalecimento da comunicação como um direito humano fundamental. A audiência foi solicitada pela senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH.

Foram convidados para debater o tema o presidente da Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho (Rede TVT), Valter

Sanches; o diretor da TeleSUR Carlos Alberto Almeida; e o superintendente-executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), André Barbosa.

Também integram a lista de participantes convidados para audiência a vice-presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), Evelin Maciel, e um representante da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Código de Processo Civil deve ser votado amanhã

O Plenário do Senado deve votar amanhã o projeto do novo Código Civil (CPC), que pretende simplificar e tornar mais ágeis os processos judiciais de natureza civil. Na sessão extraordinária, que começa às 11h, serão examinados destaques para modificações finais no texto (PLS 166/2010). Os pedidos podem ser apre-

sentados pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), por líderes partidários ou por pelo menos 20 senadores. Se aprovado, o projeto, que tem mais de mil artigos, segue para sanção.

Essa será a etapa final de trabalho que, apenas no Congresso, consumiu mais de cinco anos. O novo CPC pode ser o primeiro que o país adota em

plena vigência da democracia. O código atual, de 1973, veio do regime militar. O anterior nasceu na fase ditatorial da Era Vargas.

A votação deveria ter ocorrido na quarta-feira, mas o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), pediu exame prévio na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em colóquio no Senado, Herman Benjamin afirmou que Brasil deve ser pioneiro na criação de legislação para implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ainda em discussão nas Nações Unidas

Pedro Franco/Agência Senado



Jorge Viana (C) presidiu a reunião com Denise Hamú, Francisco Gaetani, Herman Benjamin e Candice Lavocat Jobim

Objetivos da ONU devem se tornar lei, sugere ministro

O BRASIL DEVE ser o primeiro país a colocar em lei os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), atualmente em debate na Organização das Nações Unidas (ONU). A recomendação foi feita na sexta-feira pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), durante colóquio sobre o tema promovido pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O encontro foi presidido pelos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e pelo deputado Sarney Filho (PV-MA).

— No instante em que os objetivos forem aprovados pela comunidade internacional, o Brasil pode dar grande contribuição ao mundo e ser o primeiro país a aprovar legislação de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — sugeriu.

Segundo o ministro, os juízes têm grande dificuldade de trabalhar com o direito internacional. Muitos documentos da ONU, como o que estabeleceu os Objetivos do Milênio,

contêm diretrizes voluntárias a serem seguidas pelos países, e os juízes acabam fazendo uma espécie de “construção” para dizer que as diretrizes não são, na verdade, voluntárias. Para ele, além de definir quais serão os objetivos sustentáveis, é preciso já pensar no próximo passo, que deveria ser o de implementá-los.

Recursos

Um dos pontos que permanecem em debate é o financiamento dos futuros objetivos a serem adotados pela ONU. O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, recordou que o Brasil já é um país considerado de renda média e que, por isso, não se encontra entre os que podem receber doações de nações mais ricas. Ele defendeu que o governo precisa promover eficiência nos gastos e atrair o capital privado.

— Temos de abrir o diálogo entre os setores público e privado para promover o crescimento com inclusão.

Buscamos um modelo inclusivo e sustentável — afirmou Gaetani.

Durante os debates do Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que contaram com a presença de especialistas de países como Estados Unidos, Austrália e Irlanda, a consultora internacional Tomme Young ressaltou as dificuldades de colocar em prática objetivos já adotados pelas Nações Unidas, como o de compartilhamento dos benefícios pelo uso da biodiversidade, segundo convenção aprovada em 1992, no Rio de Janeiro.

— Estamos há mais de 20 anos tentando fazer isso. O conceito de compartilhamento de acesso e benefícios da biodiversidade é ainda ambíguo no nível internacional e de muito difícil implementação. Quase 200 países se comprometeram com as obrigações de compartilhamento de benefícios, mas não sabem como fazer isso. O que há de bom é que Brasil, China e Índia podem fazer a implementação em nível nacional, provendo benefícios a índios e outras comunidades — disse Tomme.

Rio+20

A definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foi feita ao final da Conferência Rio+20, em 2012, que ocorreu 20 anos depois da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também no Rio de Janeiro (Rio 92). As diretrizes viriam a substituir os Objetivos do Milênio como parte da agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas.

Já foi definido um documento inicial, com 17 objetivos e 169 metas, que permanece em discussão. Entre esses objetivos, estão os de erradicação da pobreza e de redução das desigualdades.

Viana defende visão geral na solução de problemas

Na abertura do colóquio, Jorge Viana citou trechos de livro recentemente lançado pelo físico austríaco Fritjof Capra, intitulado *A Visão Sistêmica da Vida*. Segundo o autor, torna-se mais evidente no século 21 que os principais problemas de nosso tempo não podem ser entendidos de forma isolada, pois são interconectados e interdependentes.

— As soluções para os problemas de nosso tempo exigem mudança em nossas percepções e valores — disse.

Vanessa Grazziotin apoiou manifestações de lideranças

indígenas contrárias à aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 215/2000) que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcar áreas indígenas. A proposta tem o apoio de ruralistas na Câmara, onde será votada.

— Na Câmara vivemos um momento delicado, com a tentativa de aprovar emenda constitucional que dificultaria novas áreas indígenas e colocaria em risco áreas já demarcadas. A emenda inviabiliza, na prática, novas demarcações — alertou.

ACONTECEU NO SENADO

Aprovado relatório preliminar do Orçamento para 2015

Texto agora recebe emendas. LDO também foi acatada

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na quarta-feira o relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015.

Está aberto o prazo para que as comissões da Câmara e do Senado e os 594 parlamentares apresentem emendas, que constarão do relatório final.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que o projeto poderá ser apreciado em Plenário dia 22, mas estuda-se a possibilidade de suspensão do recesso para aprovar o texto até 31 de janeiro.

A comissão aprovou também a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, que vai a Plenário.



Senadores e deputados participam da reunião da Comissão de Orçamento

CONGRESSO TERMINA VOTAÇÃO DE MUDANÇA NA META DO SUPERÁVIT

Na terça-feira, o Congresso concluiu a votação do PLN 36/2014, que autoriza o governo a mudar o cálculo da meta de superávit primário deste ano. A última emenda da oposição foi rejeitada. Agora o Executivo pode manejar o superávit e, mesmo que feche as contas com déficit primário, não descumprirá a meta definida pela LDO (Lei 12.919/2013). O projeto foi para a sanção.

DEPUTADO APRESENTA RELATÓRIO DA CPI MISTA DA PETROBRAS

O deputado Marco Maia (PT-RS) apresentou relatório da CPI Mista da Petrobras no dia 10. Ele concluiu que houve superfaturamento de US\$ 4,2 bilhões nas obras da Refinaria Abreu e Lima, recomendou mais investigações e não pediu indiciamentos, ressaltando que muitos dos investigados já foram denunciados à Justiça. A votação do texto será na quarta-feira.

PAÍS TERÁ DE INSTITUIR LINHA OFICIAL DE POBREZA

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira projeto de Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui no Brasil a linha oficial de pobreza. O texto determina que o país defina o rendimento anual mínimo para a vida digna de uma família ou indivíduo. A partir daí, as



Marco Maia/Agência Senado

políticas públicas de erradicação da pobreza deverão trazer metas objetivas de redução do número de pessoas que vivem abaixo da linha fixada. O texto (PLS 66/1999) era uma bandeira de Suplicy, que deixa o Senado após três mandatos consecutivos.

PRESIDENTE DO BC CRÊ EM INFLAÇÃO NO CENTRO DA META EM 2016

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou no Congresso Nacional que o órgão trabalha para conseguir uma redução a ponto de chegar ao centro da meta de inflação estabelecida pelo governo, de 4,5%, até o final de 2016. Na terça-feira, Alexandre Tombini participou de audiência conjunta da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e de cinco comissões da Câmara dos Deputados e do Senado.

RENAN RECEBE RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi entregue quarta-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele prometeu apoio à tramitação das propostas contidas no documento. Uma delas trata da desmilitarização das polícias militares. Na quinta-feira, o documento foi debatido numa audiência pública na Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça com Pedro Dallari, coordenador da CNV.